

22 OUT 1986

22 OUT 1986  
Propriedade, questão  
central na nova Carta

GAZETA MERCANTIL

por Milton Wans  
de Porto Alegre

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Baeta, defendeu ontem o aprofundamento do debate sobre o conceito de propriedade como função social e observou que esta deve ser a questão central da Assembléia Nacional Constituinte. Para ele, a partir desta redefinição de propriedade será possível eliminar a concentração da posse territorial rural, abrindo condições para a futura implantação de uma verdadeira reforma agrária no País.

Em Porto Alegre, onde participou da sessão de lançamento da obra "A Constituinte Questionada", do advogado e professor Leonidas Xausa, ele disse que a OAB deverá encaminhar aos constituintes um extenso estudo sobre a questão, destacando a importância de uma assistência técnica e educacional ao homem do campo, para que ele se fixe no meio rural. Baeta acha que a propriedade rural deve ser limitada em 300 módulos, cerca de 6 mil hectares, e lamenta a inexistência de pregações nesta área por parte dos candidatos à Constituinte.

Outra questão de importância na futura Assem-

bleia Constituinte, segundo ele, é a redefinição de um novo modelo de Estado para o Brasil. Ele acha que o Poder Judiciário depende política e financeiramente do Executivo de modo exacerbado, e propõe um tribunal constitucional, a ser eleito pelo Congresso, para que esse poder seja desatrelado do Executivo.

TEORIA DE  
MONTESQUIEU

Ao mencionar a necessidade de reformulações também nos poderes Legislativo e Executivo, Baeta disse que nunca houve no Brasil a interdependência dos poderes. Para ele, o Estado assume a sua condição democrática somente com esta tripartição de poderes. "Cada um praticando seu poder sem predominar sobre os outros, com o Executivo subordinado ao Legislativo", afirmou. "Temos de aprofundar a teoria de Montesquieu, o que permitiria ao Brasil chegar a uma democracia. Do contrário, com a predominância do Executivo, sempre corremos o risco de uma ditadura." Em sua opinião, o governo da Nova República ainda sofre a contaminação da doutrina da segurança nacional, com nitidos resquícios de autoritarismo, como a Lei de Greve e a censura.